

Ganhos da terra e ganhos do mar: caridade e comércio na Misericórdia de Macau (séculos XVII-XVIII)

Isabel dos Guimarães Sá  
Universidade do Minho

Segundo Polanyi, o peso do comércio externo nas sociedades de transição para a economia capitalista confinava-se a um sector reduzido das actividades económicas, e representava uma parcela restrita da economia global respectiva (1957: 44). Tal não é o caso de Macau, onde a actividade mercantil parece identificar-se por completo com a economia do território. No conjunto do império português, a cidade constituiu a economia local mais dependente do comércio marítimo, a ponto de qualquer outra actividade económica não deter relevância na sua sobrevivência. É um facto que o teor desse comércio, os seus parceiros, bem como as alianças estratégicas que o possibilitavam variaram desde a fundação da cidade até finais do século XVIII. De entreposto da prata do Japão e da seda chinesa, a cidade manteve relações comerciais com Manila nas Filipinas, e relacionou-se ainda com outras zonas do sudeste asiático. O comércio marítimo é uma actividade que pressupõe um alto risco, pela frequência de naufrágios ou sabotagem da concorrência. Os seus proventos são variáveis, uma vez que mudam os fluxos comerciais e a margem de lucro dos produtos. Esta actividade pressupõe também a criação de redes de acesso a determinadas zonas e produtos, que se constroem por meios violentos (guerra) ou diplomáticos. A história de Macau parece repleta de uns e de outros, embora a sobrevivência do território tenha dependido em última instância de negociações de tipo diplomático com as autoridades chinesas, tanto regionais como centrais.

A visão teleológica segundo a qual um sistema económico é inteiramente substituído por outro tem sido substancialmente desmentida nos últimos anos. Na visão marxista o capitalismo teria substituído a economia feudal. Em meados do século XX relativizou-se um pouco essa visão, ao sublinhar a lentidão e a fragmentação dos processos de mudança, chamando a atenção para as economias de "transição". Actualmente, sublinha-se a coexistência de tipologias económicas contraditórias como a economia de mercado e a do dom num mesmo tempo e lugar,

sem que uma tenha forçosamente de fazer desaparecer a outra. Os historiadores encontram-se ao corrente desse posicionamento teórico, tentando em especial descobrir os contextos em que a troca não monetarizada é preferida à troca mercantil. Este trabalho pretende seguir essa linha, ao tentar descortinar a importância da caridade numa sociedade mercantil como a de Macau.

O comércio marítimo de Macau parece ter envolvido a maioria das instituições da cidade, tanto leigas como eclesiásticas. Entre as primeiras, temos o Senado, que sobrevivia à custa das taxas alfandegárias. Entre as segundas, as ordens religiosas da cidade, de que o exemplo emblemático é constituído pelos Jesuítas, interessados em financiar a sua actividade missionária na China e no Japão. No entanto, a organização do comércio parece ter repousado sobre um grupo de indivíduos que realizavam o trato a título individual. Tem sido constatada a existência de uma elite mercantil, que Jorge Flores designa por "magnatas", com assento na Misericórdia e no Senado, a par de grupos de mercadores mais modestos e subalternizados face ao grande trato. Não obstante a quantidade apreciável de estudos sobre Macau, essa elite ainda não é conhecida enquanto rede de relações políticas e económicas. O presente estudo não está ainda em condições de precisar a constituição desse grupo e a forma como se renova ao longo do tempo, uma vez que se sente a falta de um estudo prosopográfico das elites da cidade (Flores, 2000: 247-248). Foi também referida em muitos trabalhos, desde Boxer a Bryan de Souza, a centralidade da misericórdia local para a movimentação de capitais destinados ao comércio marítimo, sem levar a cabo no entanto um estudo específico das fontes documentais sobre o assunto. Não obstante, mercê da análise de um livro de receita e despesa cuja cronologia tem a duração de cerca de dezassete anos durante a segunda metade do século XVIII -anos económicos de 1757-58 a 1774-75, o único sobrevivente da contabilidade da "casa" para o período anterior a 1800, a natureza das actividades da misericórdia, bem como a sua inserção na economia de mercado da península através do financiamento de actividades comerciais, ainda que parcelarmente, é-nos agora um pouco mais clara<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Arquivo Histórico de Macau, cód. Nº 277, *Livro da Conta do Risco do Mar e Risco da Terra, 1755-1775*. Pela extrema dificuldade que o tratamento desta fonte representou (trabalho com fotocópia de microfilme sem possibilidade de conferir com o original, a par do uso de sistemas métrico e monetário específicos de Macau) foi trabalhada com o auxílio de Ana Fernandes Pinto, que se ocupou da introdução de dados em folha de cálculo enquanto a autora procedia à leitura do manuscrito. A meu pai, Vasco Sanches da

Importa traçar, ainda que de forma esquemática, a situação demográfica e económica da cidade nos anos a que o referido livro de receita e despesa se refere. A população da cidade seria formada por grupos étnicos distintos, e é geralmente separada em dois grandes grupos: os cristãos e os chineses. O primeiro teria dois núcleos diferenciados, o dos portugueses e o dos "filhos da terra", estes últimos produtos de cruzamento entre portugueses e etnias asiáticas e africanas diversas, de que o facto de serem cristãos constituía o denominador comum. Entre 1750 e 1780, os quantitativos populacionais deste grupo de cristãos, andaram entre os quatro e os seis mil indivíduos. Cabe referir também, como uma marca distintiva importante, a superioridade numérica das mulheres neste grupo, em particular das viúvas e órfãs, que de resto a nossa fonte confirmará em pleno. A assinalar ainda que a cidade albergava ainda uma população chinesa, de quantitativo muito superior, com a qual os cristãos se relacionavam de forma relativamente distante. Entre 1750 e 1780, a população chinesa da cidade oscilou entre dezasseis a vinte e dois mil, tendo aumentado relativamente ao período anterior mercê de uma subida algo espectacular da emigração clandestina (Miranda e Serafim, 2001: 231-242). Do ponto de vista económico, a segunda metade do século XVIII assiste a uma lenta recuperação do comércio, polarizado nas regiões da costa ocidental da Índia, Bengala, arquipélago malaio e Timor, a que se junta em 1773 a retomada da viagem da Cochinchina, interrompida desde 1750. Entre 1771 e 1774 a frota naval de Macau incluía 14 embarcações, aumentando para 24 no final do século (Miranda, 2001: 276-277).

Em Macau, onde se poderia esperar uma economia pautada exclusivamente pelas relações de mercado, a actividade assistencial da misericórdia demonstra a coexistência e a interacção entre uma actividade capitalista por definição - o crédito - e uma acção caracterizada pelo dom. Cabe referir que a constatação da natureza mista das economias, mesmo das tardo-capitalistas, tem sido referida por alguns historiadores como Natalie Zemon Davis, que conferem ao "presente" - aqui no sentido de oferta - uma importância residual, reservada para a esfera das relações inter-pessoais (2000: 3-16).

Em primeiro lugar, cabe precisar, o que foi feito em trabalho anterior, a parte de cada uma dessas actividades nas finanças globais da "casa" ao longo desse

---

Silva e Sá, agradeço a ajuda prestada no apuramento de resultados. Eventuais erros processuais, no entanto, são da inteira responsabilidade da subscrita.

período (sá, 2001b). É redundante constatar a desproporção entre os capitais empregues no comércio e aqueles que são oferecidos à população pobre. Os gráficos sugerem claramente a natureza pré-bancária da instituição, e também já se procedeu noutro lugar à desmontagem da relação entre caridade, enquanto actividade sacralizada valorizada positivamente, e a visão negativa de uma realidade que embora ubíqua -o empréstimo a juros-, continuava a ser menosprezada pelo direito, que em larga medida o ignorava<sup>2</sup>. A actividade creditícia da instituição movia-se em dois pólos distintos, "os ganhos do mar" (empréstimos efectuados aos proprietários de navios), ao mesmo tempo em que algumas quantias eram postas a circular no mercado interno, isto é, nos "ganhos de terra". Existem também referências ao crédito efectuado pela população chinesa local, a que a misericórdia recorria quando pretendia rentabilizar os seus capitais.

Oficialmente, a misericórdia local era financiada pela câmara, que lhe atribuía uma percentagem fixa dos seus proventos, supostamente em cumprimento da lei manuelina que fixava que 1 % dos contratos alfandegários fossem aplicados em obras pias. Mercê desse financiamento, a misericórdia absorvia as despesas e a logística da criação de crianças abandonadas, que a lei portuguesa adscrevia às câmaras de modo claro e inequívoco. No caso de Macau, existe uma advertência a efectuar: o dinheiro pago pela câmara destina-se à misericórdia enquanto instituição e não decorre do pagamento de qualquer obrigação contraída em relação aos expostos. Neste último caso, como nos exemplos do Porto e de Lisboa, as câmaras pagavam a criação dos expostos e instituíam-se uma contabilidade separada para estes últimos, independente da da instituição. Esta última era auto-suficiente em matéria de financiamento, mercê da rentabilização dos seus patrimónios próprios. No gráfico 1 aparece com clareza a natureza regular dos versamentos da câmara à misericórdia de Macau, muito embora os montantes se apresentem naturalmente inconstantes, uma vez que representavam uma percentagem de um rendimento por natureza irregular. No entanto, apesar dos montantes entregues pela câmara à misericórdia não serem de modo algum desprezíveis, constata-se que a casa vive *de* (e provavelmente *para*) o crédito. Situação que, de resto, a sua própria contabilidade espelha, uma vez que as suas receitas e despesas são elaboradas num livro designado por *Livro da Conta do Risco do Mar e Risco da Terra*. De assinalar

---

<sup>2</sup> Sobre as relações entre misericórdias e crédito cf. Sá, 2001a: 346-350; sobre empréstimos a juros e direito cf. Clavero: 1996: 169.

também a parcela diminuta que o "risco de terra" ocupa no cômputo global das despesas (gráfico 2).

A análise das "despesas dos meses" (gráfico nº 3), designação que recebiam os gastos correntes da santa casa, e que distinguia estas despesas dos montantes mais avultados que circulavam nos negócios marítimos, apresenta alguns aspectos interessantes. O mais importante deles é sem dúvida a relação entre assistência regular (a vermelho no gráfico) a pessoas que estavam a cargo da casa, muitas vezes em regime de internamento, e as esmolas concedidas por ocasião de festas do calendário litúrgico, em que aparece em primeiro lugar a Semana Santa e em segundo a Visitação, embora muito mais raramente.

O terceiro grande volume de despesas consiste no pagamento de missas por alma da obrigação da casa. A misericórdia dava dinheiro a ganhar a várias ordens religiosas presentes no território, pagando aos frades e padres respectivos a sua celebração. Surge portanto como uma instituição distribuidora de capitais pelas instituições da cidade, e certamente como uma financiadora do comércio, embora seja ainda precoce afirmar que apenas beneficia a elite mercantil macaense<sup>3</sup>.

Verifica-se também a fraca proporção dos gastos com o pessoal ao seu serviço, que ocupa o quarto lugar no *ranking* das despesas. O número e o tipo de assalariados da casa não variou muito ao longo do período estudado. Estes são todos do sexo masculino: três capelães, um para a casa, outro para o hospital e outro para S. Lázaro; três meninos que ajudavam na missa, dois sacristães, três servidores ou "moços", um escrevente, um organista e um médico. Gente que estava sujeita ao mesmo regime de remuneração da generalidade dos criados: para além do salário regular, gratificações (as "propinas") por ocasião das festas; uma parte do vencimento era também recebida sob a forma de vestuário, normalmente em peças indispensáveis ao desempenho das suas funções. A sua alimentação também corria por conta da casa, uma vez que esta comprava por grosso o arroz e os géneros com que alimentava tanto os seus assalariados como os seus pobres. Muito curiosamente, a cozinheira do hospital e as servidoras (geralmente duas) do mesmo só aparecem a receber roupa e alimentação, sem direito a salário regular.

Mais curiosa era a estrutura dos serviços de carácter pontual pagos pela misericórdia, não pela sua relevância em termos quantitativos, mas pelo que

revelam relativamente ao pulsar da instituição. Transporte de cargas (em especial aos moços que carregavam prata de e para o senado), lavagem e tratamento de roupa da igreja (ocorria apenas uma vez por ano); pagar ao escrivão que recebia por fazer a escrituração da eleição da Mesa e do definitório (feita pelo S. Lourenço, a 10 de Agosto, despesas com o procurador, etc...).

Existe ainda uma verba regular aplicada a pagar a legatários, sensivelmente igual às despesas com consumíveis e equipamento. Os legatários eram aqueles herdeiros cujas heranças, confiadas em todo ou em parte à misericórdia, estavam na posse desta última, que mantinha a obrigação de lhes efectuar pagamentos regulares.

Verifica-se ainda que a preparação das festas (limpeza de ruas, decoração floral, conserto de andores, etc...) implicava também alguma despesa, embora não muito avultada. De reparar que a casa celebrava com grande escrupúlo os grandes acontecimentos do calendário litúrgico. As festas que requeriam preparação não eram apenas a Semana Santa e a Visitação (aquelas em que ocorriam as grandes dádivas de esmola), mas também, o dia de Todos-os-Santos, o S. Martinho e o Natal. Pela visibilidade que estes eventos conferiam à comunidade de origem portuguesa, pode-se entender esta instituição, tal como as restantes misericórdias do império, como um espaço de afirmação de identidade cultural, através da repetição de rituais da religião católica.

Vejamus a população dependente de uma ajuda regular da misericórdia, muitas vezes a longo termo, como é o caso dos expostos, doentes e leprosos. Os expostos constituíram o maior desses sub-grupos, e, como se poderia esperar, manifestam uma maior variabilidade annual em relação aos dois restantes. Esses outros grupos eram substancialmente dois: o dos pobres internados no Hospital dos Pobres, e o Hospital de S. Lázaro<sup>4</sup>, e a capacidade dos estabelecimentos onde eram assistidos parece ter dado origem a um número relativamente estável de pensionistas, que raramente ultrapassou as trinta pessoas, situando-se quase sempre acima de vinte. Uma palavra também relativa aos leprosos, para referir que a assistência a estes últimos constitui uma especificidade de Macau no quadro global

---

<sup>3</sup> A palavra macaense aplica-se aqui no sentido que ainda mantinha nos anos noventa do século XX, designando o grupo de origem portuguesa (obviamente mestiçado) que controlava a administração do território, sem abarcar a população chinesa.

das misericórdias. Em Portugal continental a doença entrou em vias de desaparecimento nos finais da Idade Média, e não há memória de que estas confrarias os tivessem assistido com uma instituição que lhes fosse inteiramente destinada em qualquer ponto do Brasil ou do Estado da Índia, não se excluindo a probabilidade de ajudas pontuais a indivíduos portadores desta doença.

Não se podem fazer afirmações relativas à composição étnica dos assistidos nas categorias de expostos, doentes do hospital ou leprosos. Nas contas da irmandade não seriam estes os casos em que se daria um nome aos pobres: faziam parte de um número, um total mensal, e contrastavam com um ou outro raro pobre cujo nome figura nas fontes, geralmente casos de antigos irmãos recolhidos no hospital.

A misericórdia praticava a assistência a presos (muito poucos, raramente atingindo a dezena), dos quais alguns foram degredados para Timor, tendo a misericórdia financiado o transporte e o vestuário dos degredados. Em 1767-68, em particular, houve uma leva bastante considerável de degredados para esse destino, tendo a casa custeado a ida para o degredo de catorze condenados. Poucos enterros, poucos dotes e muito irregulares, mau grado a insistência com que os legados pios os instituíram, mas pode dar-se a circunstância de terem tido uma contabilidade própria. Existe também a dádiva regular de esmolas a pobres que a casa admitia a assistência contínua, muito diferente dos que acudiam a recebê-la pela Semana Santa ou Visitação. Os pobres assistidos regularmente com esmola cifraram-se em quantidade que raramente ultrapassaram os cem por ano (excepto 1773-74, em que foram 170), enquanto que o número de pessoas agraciadas com esmolas em dias de festa subia aos milhares. A população que recebia esmola pela Visitação e pela Semana Santa representa uma multidão inclusivamente quando comparada com as médias mensais de 100 a 120 assistidos entre expostos, doentes e lázaros. Fica também clara a forma como a misericórdia pretende conferir visibilidade à distribuição de esmolas e a forma como universaliza esta última, sem prescindir de proceder a uma hierarquização dos indivíduos. Essa graduatória exprime-se de modo descendente, e tem expressão nos montantes atribuídos. Trata-se de uma pirâmide, uma vez que à medida que se vai descendo na escala, aumenta o número de pessoas que são objecto de esmola. Esta proporção inversa entre nº de assistidos

---

<sup>4</sup> Segundo as informações disponíveis a primeira notícia do Hospital dos Pobres é de 1591 e o hospital de S. Lázaro aparece referido no compromisso da irmandade de 1624 (Soares,

/ montantes atribuídos foi já constatada em trabalho anterior, que abordou a relação entre estatuto social e critérios de selecção de receptores de assistência no caso da Misericórdia de Lisboa (Sá, 2002, no prelo). Em Macau, estas esmolas rituais exprimiam a seguinte ordem de prioridades: viúvas de mesários (4 patacas), viúvas e filhas de irmãos a duas patacas (com pais falecidos ou vivos), viúvas de particulares com uma pataca, bem com os pobres assistidos regularmente pela "casa". As viúvas dos irmãos riscados e as filhas da terra tinham direito a quatro mazes, as "filhas da terra" a três e finalmente os indivíduos que aparecessem no local da distribuição do dinheiro recebiam cinco condurins cada (Sá, 2001a: 88). O número destes oscilou entre dois a três mil por cada evento deste tipo<sup>5</sup>.

O gráfico seguinte resume o número total de ocorrências de esmola por ocasião de festas nos doze anos para os quais existe informação contínua e relativamente consistente (1758-59 a 1768-69). As ocorrências foram agrupadas nas seguintes categorias: reuniram-se as esmolas dadas a pessoas que não revelam nenhum vínculo aparente à instituição, geralmente homens (muito poucos) e indivíduos com a designação geral de pobres. Seguidamente juntaram-se todas as categorias de mulheres cujas famílias se relacionavam com a misericórdia: viúvas de irmãos oficiais, viúvas de irmãos e suas filhas, mulheres e filhas de irmãos vivos, etc... Em terceiro lugar aparecem as "filhas da terra", designação que engloba as mulheres chinesas, e finalmente, em quarto, os "pobres da porta", isto é, a população indistinta que acorria à misericórdia a receber esmola durante a quaresma. A estrutura piramidal é agora aparente, com a particularidade de beneficiar por um lado familiares dos irmãos, e uma muitíssimo esmagadora maioria de "pobres da terra". Estas dádivas de esmola, para além de representarem o lado espectacular da caridade barroca, também presente nas misericórdias da metrópole<sup>6</sup>, no caso de Macau parecem reflectir também uma tentativa de reafirmar a comunidade nas suas duas vertentes: a de origem portuguesa próxima e a

---

1950: 13 e 141).

<sup>5</sup> O sistema monetário em uso nestas contas corresponde ao tael. Um tael é igual a 10 mazes, 100 condurins e 1000 caixas. Aparecem ainda os pardaús, equivalentes a 0.68 taeis, e as patacas, equivalentes 0.78 taeis. Segundo George Bryan Souza o tael era quase equivalente a um cruzado português (Souza, 1991: 319).

<sup>6</sup> A dádiva ritual de esmolas era praticada em Portugal, embora nem sempre se deixe contabilizar com precisão, uma vez que podia passar pela iniciativa (e sobretudo pelo bolso) dos indivíduos que detinham as provedorias. Mesmo assim é um facto que a segunda metade do século XVIII trouxe um reforço desta vertente conspícua, patente na Bahia, no Brasil (Sá, 1997), e também em Lisboa (Sá, 2002).

resultante de processos de mestiçagem ocorridos na longa duração. Mas não deixa de ser este o traço mais marcante da caridade praticada pela misericórdia de Macau: uma caridade -espectáculo, de natureza conspícua, a par de uma actividade assistencial regular que, embora importante, fica muito aquém dos números praticados nas cidades de média e grande envergadura do espaço português.

As intenções e os efeitos destas gigantescas dádivas de esmola estão ainda por descortinar, mas não será exagerado sugerir que se referiam a estratégias de legitimação da própria misericórdia, que visava alargar a sua actuação à população global da comunidade cristã. O peso esmagador das verbas destinadas ao comércio marítimo, em boa verdade, faziam com que a instituição se centrasse no investimento de capitais. O reduzido número de pobres internado ou ajudado regularmente era reduzido, e provavelmente havia que conferir visibilidade à instituição. A importância das grandes ofertas da Semana Santa era decerto ritual e não tinha quaisquer efeitos relevantes na ajuda à pobreza dos habitantes do território, dado o elevado número de pessoas que beneficiava e o reduzido montante per capita das suas esmolos. Ainda para mais, estas distribuições faziam-se uma vez por ano, duas no máximo. Uma lógica de cariz essencialmente político, portanto, e de reduzido alcance económico e social.

#### BIBLIOGRAFIA:

Boxer, C. R., *Fidalgos no Extremo Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, 1990 [1968].

Boxer, C. R., *Portuguese Society in the Tropics. The Municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800*, Madison and Milwaukee, The University of Wisconsin Press, 1965.

Clavero, Bartolomé, *La grâce du don. Anthropologie catholique de l'économie moderne*, Paris, Albin Michel, 1996 [1991].

Davis, Natalie Zemon, *The Gift in Sixteenth Century France*, Oxford, Oxford University Press, 2000.

Flores, Jorge Manuel, "China e Macau", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente, 1º volume, tomo II. De Macau à Periferia*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 151-293.

Flores, Jorge Manuel, "Macau: Os eventos políticos. 1", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente. 2º volume. Macau e Timor. O Declínio do Império*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 71-155.

Miranda, Susana Munch, "Os circuitos Económicos", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente. 2º volume. Macau e Timor. O Declínio do Império*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 261-288.

Miranda, Susana Munch; Serafim, Cristina Seuanes, "População e Sociedade" in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente. 2º volume. Macau e Timor. O Declínio do Império*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 229-257.

Polanyi, Karl, *The Great Transformation. The political and Economic Origins of Our Time*, Boston, Beacon Press, 1957 [1944].

Sá, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: caridade e poder no Império Português, 1500-1800*, Lisboa, CNCDP, 1997.

Sá, Isabel dos Guimarães, *As Misericórdias Portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001a.

Sá, Isabel dos Guimarães, "As Misericórdias nas sociedades portuguesas do Período Moderno", *Cadernos do Noroeste. Série História I*, vol. 15, 2001b, n. 1-2, pp. 337-358.

Sá, Isabel dos Guimarães, "Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime", Braga, Actas do Colóquio Internacional *Saúde e Discriminação Social*, 2002 (no prelo).

Serafim, Cristina Seuanes, "Organização política e administrativa", in A. H. de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente. 2º volume. Macau e Timor. O Declínio do Império*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 293-341.

Soares, José Caetano, *Macau e a Assistência (Panorama médico-social)*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1950.

Sombart, Werner, *El burgués*, 2ª ed., Madrid, Alianza Editorial, 1977.

Souza, George Bryan, *A sobrevivência do Império: os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, D. Quixote 1991.

Vale, António, "Macau: Os eventos políticos. 2", in A. H de Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente. 2º volume. Macau e Timor. O Declínio do Império*, Lisboa, Fundação Oriente, 2001, pp. 159-227.

Veblen, Thorstein, *The Theory of the Leisure Class*, New York, Penguin Books, 1994 [1899].